

Numa aldeia indígena: intercâmbio com a realidade social

Édina Francini Simão Hack

Instituto do Ensino Superior Santo Antônio, edinafrancinish@gmail.com

Antonny Yago Muniz Domingues

Instituto do Ensino Superior Santo Antônio

Introdução

O objetivo geral do presente artigo constitui em apresentar a ação social realizada por uma turma de acadêmicos dos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Joinville-SC. A ação social esteve atrelada ao Projeto de Extensão e teve como objetivo conhecer e valorizar a cultura indígena tupi guarani através da venda do artesanato.

Krenak (2020), em seu livro 'Ideias para adiar o fim do mundo', enfatiza que a questão indígena ainda precisa ser tratada com respeito para que não sofram violência pelo simples fato de serem indígenas. Assim, dentre várias reflexões, que a leitura promove, destaca-se aqui algumas delas, Qual é a ideia de humanidade que temos? De que forma podemos valorizar e termos vínculos com a nossa memória ancestral? Ideias temos para adiar o fim do mundo, mas como as mesmas ocorrem na prática? Num mundo líquido como valorizar o artesanato indígena considerando a variedade de produtos existentes para serem comercializados?

Considerando a experiência tida, num primeiro momento será evidenciado sobre a pertinência da prática do projeto de extensão no percurso acadêmico relacionando com a proposta institucional, o motivo pelo qual buscar conhecer e valorizar a história, memória e cultura indígena e o depoimento do acadêmico Antonny Yago Muniz Domingues sobre a sua participação nesta ação social.

Projeto de extensão no percurso acadêmico

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira¹ e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências².

No entanto, a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, em seu artigo 3º, apresenta a concepção de Extensão na Educação Superior Brasileira,

Art. 3. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Mello, Petrillo, Neto (2022, p. 23) salientam a importância do currículo tornar indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para que o acadêmico se torne-se protagonista do processo de ensino e aprendizagem. As atividades de extensão contribuirão para a participação ativa do acadêmico em seu processo de formação, bem como para o desenvolvimento de um “perfil empreendedor, ético e socialmente responsável”. Para Severino (2009, p. 121), “ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa”.

O docente e o acadêmico necessitam da pesquisa para que haja um ensino eficaz e uma aprendizagem significativa. Logo, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa. Severino também pontua que a pesquisa possui uma tríplice dimensão,

De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento se legitima pela mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. É a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência. (Severino, 2022, p. 122).

Ainda, atendendo à Resolução Nº7, de 18 de Dezembro de 2018, também destaca-se o Artigo 5º

1 A Política Nacional de Extensão (PNE) é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), tendo como documento referencial o Plano Nacional de Extensão (1999, 2001 e 2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Prática de Extensão da Resolução 7 de 2018 do MEC. (Sá; Monici; Conceição, 2022, p.4)

2 Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Portal Democrático de, 2022, p. Atos Normativos de Educação. Disponível em: Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (mec.gov.br). Acesso em: 03 Ago. 2023.

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

.

Portanto, é importante salientar que o projeto de extensão que foi desenvolvido está em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (2023), bem como a Resolução Nº7, de 18 de Dezembro de 2018, pois no que tange às Políticas para a Defesa dos Direitos Humanos, destaca-se,

O compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação. (Projeto Político-Pedagógico Institucional, 2023, p. 97).

Para as Políticas para a Promoção da Igualdade Étnico Racial, o projeto ressalta a importância do contato com a cultura indígena quanto africana. Pois, cabe à educação superior a Promoção da Igualdade Étnico Racial considerando os seguintes princípios:

- Igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos;
- Compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- Desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos, ligados ao preconceito racial, que tanto mal fazem a negros, indígenas e brancos. (Projeto Político-Pedagógico Institucional, 2023, p. 98).

Neste contexto, são alguns dos objetivos gerais do projeto de extensão, Oportunizar a formação cidadã, ética e responsável do acadêmico através de atividades de extensão que contribuem para expressar o compromisso social da instituição para com a comunidade externa; Conhecer o contexto social, cultural, econômico da comunidade externa; Desenvolver atitudes de cooperação e ajuda ao outro por meio de ações solidárias; Praticar ações sociais que incentivem a interação com a realidade local; Participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem por meio de uma postura investigativa.

Todavia, “os projetos de extensão têm garantido o acesso à comunidade a atividades de

desenvolvimento social, que em muitos casos, de outra forma não lhes seria possível obter” (Sá; Monici; Conceição, 2022, p. 5)

Bauman (2013) menciona sobre como a imigração está presente em vários países, sendo um movimento que sempre ocorreu na história da humanidade. Entretanto, a mistura de inspirações culturais é fonte de enriquecimento e motor da criatividade. A questão que se torna crucial neste momento para que o patrimônio cultural se desenvolva é o respeito de ambos os lados chamados pelo sociólogo de habitantes nativos e o que vieram de outros lugares³.

Desse modo, o título seguinte trata sobre como o indígena era visto na história local.

Questão indígena na história local

Todos nós somos o reflexo de nosso passado e do passado de nossos ancestrais, apesar de muitas vezes não termos consciência disso. (Guedes, 2005, p. 11).

Guerreiro (2020) salienta sobre a importância de conhecer e refletir sobre participação do negro na história de Joinville e de outros grupos invisibilizados, como os luso-brasileiros e os indígenas. Tendo pesquisado sobre registro deixados por escritores menciona que,

[...] muito antes de os primeiros imigrantes germânicos colocarem os pés na então Colônia Dona Francisca, outras pessoas já viviam por aqui, como indígenas, luso-brasileiros e negros, cuja origem não é identificada nos registros, e que foram escravizados por donos de terras da região. (Guerreiro, 2020, p. 35).

Guerreiro (2020) pesquisa sobre as edições de 9 de março do jornal A Notícia entre 1951 e 2019 e constata que em 2019, na última edição analisada ocorre a menção de outros grupos,

Eles também ficaram surpresos com a presença de famílias inteiras de luso-brasileiros e com os índios guaranis e xoclengues. ‘São Francisco do Sul era uma vila estabelecida, havia sesmarias e grandes fazendas, com roças de mandioca. Essa ocupação começou com o governo português e, por isso, muitas áreas do Domínio Dona Francisca já tinham habitantes’ (A Notícia *apud* Guerreiro, 2020, p. 43).

Na região havia os índios “botocudos”⁴, eram nômades e viviam em pequenos grupos de 50 a 300 indivíduos. Praticavam a caça, coleta de mel, frutas e palmito. Suas moradas eram feitas em locais de água

³ Diante do apontamento feito pelo sociólogo podemos refletir sobre como se deu o encontro entre os indígenas e portugueses?

⁴ Entre o litoral e o planalto, desde Curitiba e Paranaguá até Porto Alegre, era de domínio dos índios Xokleng, também conhecidos como bugres, botocudos, xodré, kaingang e lacranon. (Santos, 2005, p.10)

potável, às vezes dormiam em grutas e se aqueciam com a fogueira. Mulheres teciam mantas com fios de urtiga-brava e confeccionavam pequenas peças de cerâmica, cestos de taquara e uma série de outros objetos. Os indígenas possuíam sua cultura e uma relação harmônica com a natureza. (Santos, 2005)

Com a venda das terras Dona Francisca⁵ para a empresa Colonizadora de Hamburgo, os primeiros imigrantes chegaram em 1850 (mesmo ano da criação da Lei de Terras). O objetivo era criar uma classe de mão-de-obra assalariada, ou seja, uma colônia agrícola que não concorresse com a Europa. Assim sendo, o Brasil agia para favorecer a Europa⁶, pois como menciona Caruso, Caruso (2007) a miséria assolava a Europa rural e fazia surgir cenários de fome e desolação.

Inicia a disputa de terras. Houve a organização de grupos armados para afugentar os indígenas, os ditos, bugreiros. Em *Kolonie Zeitung*, editado em Joinville, de 17 de Março de 1908,

[...] as divisas vão ficando cada vez mais estreitas, porque de todos os lados já estão sendo construídas Colônias e muitos colonos invadiram, aos poucos, a reserva dos botocudos, estendendo suas posses além do limite demarcado. A noção de direito dos brancos que, sem escrúpulos, e se preciso for, à força, tomam as terras dos índios, não são, nesse caso, melhores que a dos índios que, de tempos em tempos, atentam contra as plantações e um certo número de reses dos colonos, sem estar cientes de terem cometido um delito.

Os próprios colonos organizavam-se para afugentar os indígenas, chamados de “bugres”, como demonstra o relato a seguir: “Por ocasião do ataque de bugres na Estrada Blumenau, os colonos, vieram à cidade para pedir socorro. Os cidadãos joinvilenses se reuniam para enfrentar o problema”. (Krisch; Schultz, 1992, p.25)

Portanto, de um lado temos os indígenas e também caboclos que eram vistos como um “estorvo” para a prática da colonização de Santa Catarina e de outro os diversos impasses enfrentados pelos imigrantes.

No caso do projeto desenvolvido buscou-se evidenciar a urgência de compreender quem são de fato os indígenas que vivem atualmente na região, quais são os desafios que enfrentam, como buscam manter preservada a sua cultura, buscando evidenciar a pertinência do respeito às diferentes etnias que constituem a nação brasileira. Logo, estando em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (2023).

Patrocínio (2029) também nos faz lembrar e salientar que cada população indígena brasileira se constitui por diferentes crenças, costumes, línguas, práticas que já havia sido reconhecida pela

5 Dona Francisca constituía o dote de Dona Francisca Carolina, filha de D. Pedro I e irmã de D. Pedro II e o Príncipe Felipe, filho do rei da França (presente de casamento). Devido a revolução de 1848, o dote de terra foi vendido para a empresa privada alemã voltada aos negócios de imigração e colonização para o Brasil, 1843. (Fonte: Texto mim. produzido pela Eliana Terezinha V. Moser – Arquivo Histórico de Joinville- SC).

6 Não podemos esquecer que o próprio ensino de História contribuiu para que ocorresse a valorização da cultura branca. Como? Com a realização de um concurso, no qual teriam que escrever a História do Brasil. Venceu O alemão Karl Friedrich von Martius. A nação brasileira era constituída pela mescla das três raças. No tripé os brancos, mais valorizados, segundo, os índios e em terceiro, os negros. (Zarh, 2000, p. 12-13)

Constituição de Brasileira de 1988, Artigo 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Brasil, 1988, Artigo 231).

Conforme dados do IBGE (2022), o Brasil tem cerca de 1,7 milhões de indígenas autodeclarados, de 305 etnias, o que representa 0,83% do total de habitantes do país. São falados 274 idiomas e antes da chegada dos portugueses estima-se que eram 1.200 línguas. (Almeida, 2024).

Projeto de extensão: venda de artesanato indígena

Ao transitarmos pelos centros urbanos, é comum encontrarmos indígenas vendendo o artesanato que produzem nas aldeias. Mas, como as pessoas concebem essa prática considerando que estamos inseridos numa sociedade líquida? E qual é o significado do artesanato para os indígenas tupi guaranis?

Bauman (2013) escreve que vivemos numa sociedade líquida moderna dos consumidores, desregulamentada e individualizada. “A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da redundância, do dejetos e do seu descarte.” (Bauman, 2013, p. 23) A tendência da economia é produzir para o efêmero o volátil, assim como destaca-se a preponderância de empregos temporários, flexíveis e em tempo parcial. Neste contexto, “O que hoje é bom para você pode ser reclassificado amanhã como veneno. Compromissos aparentemente firmes e acordos assinados com solenidade podem ser anulados da noite para o dia.” (Bauman, 2013, p.24)

Entretanto, neste contexto, o artesanato produzido pelos indígenas na maioria das vezes pode ser concebido como algo sem valor, desnecessário, sem sentido, enfim, sem importância. Wherá *et al* (2008)⁷ apresenta o significado de alguns artesanatos produzidos pelos indígenas tupi guaranis. O arco e flecha por exemplo,

É um esporte do dia-a-dia dos homens e crianças para quando forem à mata terem a prática de caçar e acertar o alvo. Também aprendem a se concentrar. A ponta da flecha significa o pensamento da pessoa e o direcionamento de seu objetivo. (Wherá *et al*, 2008, p. 17).

Por sua vez, “O colar significa o fortalecimento do espírito e também para ter a atenção em todos os sentidos da vida dos nossos filhos e para mostrar a nossa identidade e a constelação do universo.” (Wherá *et al*, 2008, p. 13)

⁷ É um caderno que foi baseado no vídeo Mbya Reko (Vida guarani). Foi apresentado para crianças guaranis e todas as crianças de outras sociedades e etnias que frequentam o 1º ao 9º ano do ensino fundamental. (Wherá *et al*, 2008).

O balaio é uma das artes mais importantes na nossa cultura. Significa várias direções dos pensamentos; é um instrumento de cura para pessoas que precisam de terapia. Os balaioes que têm desenhos, significa, amor e os que não têm significam paz. Por exemplo, o balaio que tem o símbolo da borboleta e da *nhocanina*⁸ significa amizade ou relação de amizade com outras famílias. (Wherá *et al*, 2008, p. 15).

No entanto, acredita-se que se faz necessário que seja um tema que faça sentido para os acadêmicos e que contribua para ressignificar os conhecimentos prévios sobre esta etnia. Ainda temos estereótipos que precisam ser desconstruídos, sendo este também um dos motivos pelos quais a visita em uma aldeia indígena precisa ocorrer. Estar numa aldeia, conhecer o modo de vida indígena, dialogar com o cacique, reconhecendo a importância do artesanato e da oralidade para manter viva a sua cultura tornam-se fundamentais no processo de formação acadêmica.

Na própria educação formal, muitas vezes nos foi ensinado que o índio⁹ era preguiçoso e não gostava de trabalhar. Por quê? Quais são os motivos pelos quais tais pressupostos continuam presentes na memória de muitas pessoas? Muitos indígenas estão presentes no cotidiano da vida urbana e como os mesmos são reconhecidos? Quais leis os protegem? Enfim, há várias aldeias indígenas na região¹⁰ e poucos tem a oportunidade de conhecê-las.

No Artigo 13 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008, p. 8) está descrito,

Os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los.

Conhecer os Direitos dos Povos Indígenas bem como a cultura dos indígenas tupi guaranis contribui para uma formação acadêmica cidadã e humanizada. Todavia, Sousa (2000) apud Sá, Monici, Conceição (2022, p. 7), destaca que o projeto de Extensão permite que, “o ensino e as pesquisas realizadas cheguem mais próximos da sociedade com aplicabilidade real.”

Nesta perspectiva, um dos objetivos foi desenvolver o Projeto de Extensão por meio da venda de artesanatos indígenas, contribuindo para a divulgação, a preservação e a valorização da cultura indígena. Todavia, o Projeto de Extensão ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica¹¹, venda de artesanato

8 Palavra em guarani que não têm correspondente em português.

9 Conforme fala do cacique, é necessário evitar usar esta palavra, pois a mesma não considera as diferentes etnias indígenas existentes no país, bem com a sua cultura.

10 Conforme Censo do IBGE em Joinville-SC há 541 indígenas na cidade; População total: 616,323. Proporção de indígenas na cidade (em %): 0,09. Araquari-SC, há 387 indígenas na cidade. População total: 45,180. Proporção de indígenas na cidade (em %): 0,86. Garuva-SC, há 67 indígenas na cidade. População total: 18,556. Proporção de indígenas na cidade (em %): 0,36. (Velasco, 2023).

11 Pesquisa bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direta com o odo o material já escrito sobreo assunto da pesquisa. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

indígena, visita à aldeia indígena¹² e escrita de um relatório. A proposta da venda do artesanato indígena também se deu juntamente com o diálogo tido com a Professora Juliana Burger. Assim sendo, o projeto foi finalizado com a exibição de vídeos elaborados pelos acadêmicos e que evidenciaram a aprendizagem tida durante o percurso da contemplação do projeto de extensão.

Para a turma foi uma experiência que promoveu: o respeito pela cultura indígena; a desconstrução de uma concepção estereotipada; a reflexão sobre as memórias sociais que são construídas; a importância do artesanato indígena como prática para preservar a cultura; o conhecimento sobre a participação da mulher na produção e venda do artesanato indígena; a pertinência de projetos sociais; a evidência do desconhecimento a respeito da cultura local e a falta de valorização da cultura indígena. E instigou a reflexão de questões pontuadas pelo acadêmico Antonny, salientadas a seguir.

Conceito histórico

Os povos originários do Brasil são frequentemente desconsiderados na narrativa histórica predominante sobre o “descobrimento” do território. Ao pisar em nosso solo, o homem branco tentou, de diversas formas, massacrar a nossa cultura, os nossos povos e crenças, buscando aniquilar a existência dos verdadeiros descobridores desta terra que hoje chamamos de Brasil. (Barnabé; Bonissoni; Silva, 2021).

A luta dos povos originários por isonomia, respeito e inclusão na sociedade brasileira é marcada por dor, sofrimento e derramamento de sangue. A cada instante, aldeias indígenas são invadidas de maneira criminosas, e vidas são ceifadas sem pudor, tudo em nome de interesses econômicos e sociais. Essa realidade resulta em desmatamento e em consequências prejudiciais que afetarão diretamente as futuras gerações. (Barnabé; Bonissoni; Silva, 2021).

É evidente a discrepância entre o significado das terras brasileiras para o homem branco e para os povos originários. Enquanto o primeiro na maioria das vezes busca apenas o lucro e o aproveitamento individualista, o segundo cultua a terra, acreditando que é nesse contato que se estabelece a verdadeira conexão com as suas crenças. Essa diferença fundamental revela não apenas um choque de valores, mas também a necessidade urgente de respeitar e proteger a sabedoria ancestral e a cultura dos povos originários, que são parte essencial da identidade e da história do Brasil.

Comprometimento e expectativa dos acadêmicos envolvidos

Executar um Projeto de Extensão que visa se integrar às raízes das culturas originárias do

12 A visita à Aldeia aconteceu no dia 11 de Novembro de 2023 e a venda do artesanato no espaço físico da instituição nos dias 17 de Setembro e 07 de Novembro. Além das vendas que ocorreram na instituição também foram utilizadas as mídias sociais.

Brasil é compreender que esses povos são fundamentais na construção da nossa real cultura, em seu significado mais amplo e técnico. É um convite a ser ouvinte, permitindo entender o processo de colonização e seus efeitos devastadores, além de reconhecer o que deve ser devolvido e reiterado ao longo dos anos. A vivência desses povos foi diretamente afetada pela invasão europeia, que aculturou uma história original e reforçou a ideia de que os mais fracos devem submeter-se aos mais fortes, por vontade própria ou não, como é cediço, a aceitação se torna mero dissabor ao propor deplorável violência.

A principal pretensão foi proporcionar um gesto de respeito e admiração por todo o legado e luta que esses povos enfrentam até hoje para existir, seja por meio de perseguições e injustiças fundamentadas no etnocentrismo cultural. Eles lutam pelas nossas matas e terras, que são essenciais para garantir que nossos recursos naturais não se extinguem, e resistem bravamente para que possa haver vida na terra no futuro, o qual se torna incerto com tantos danos ambientais causado pelo ser humano, prejudicando possibilidade de um futuro próspero e sustentável. Mobilizar a ação social na aldeia, envolveu arrecadações significativas para que crianças e adultos pudessem ter acesso a alimentação e a convivência na sociedade contemporânea, foi satisfatório ter o real contato com nossos reais “descobridores”, compreendendo de que nos tempos atuais precisa-se urgentemente de um olhar baseado no relativismo cultural.

O projeto permitiu a doação de vestimentas e venda de artesanatos confeccionados pelos próprios integrantes da aldeia, que garantiram a dignidade daquelas pessoas, pois como qualquer outra pessoa de direito ou cidadão brasileiro precisa cumprir com as suas funções sociais, como frequentar escolas, postos de saúde, hospitais, mercados, entre outros ambientes que garantam a sua subsistência.

Ressalta-se que este projeto de extensão não se limitou apenas a cumprir uma determinada carga horária exigida pelo curso; uma vez que o mesmo despertou nosso lado mais humano e patriota, conectando-nos e compreendendo o modo de vida e os costumes de nossos ancestrais, que merecem ser reverberados às futuras gerações.

O que pensam os povos originários a respeito da demarcação de seus territórios

O Cacique da aldeia, ao ser questionado a respeito do marco temporal, assunto que por mais que já tenha sido discutido reflete uma emblemática análise legislativa, social e histórica, afirmou que os povos originários desconhecem a demarcação dos territórios indígenas, afirmando: “O homem não pode demarcar algo que não é dele, nós tava aqui bem antes deles chegarem, cuidando da terra, plantando, e fazendo com que nossas famílias vivessem tranquilamente, seja do trabalho ou dos nossos rituais sagrados, agora eles que marcar a nossa terra e pegar o que é

nosso por direito”¹³. Os direitos indígenas são assegurados através de legislações específicas, as quais em muitas das vezes não são seguidas, levando a consideráveis violações constitucionais e corroborando com conflitos que levam as vias de fato.

De acordo com a Funai, órgão oficial de proteção aos povos indígenas no Brasil, a demarcação de terras é crucial para reduzir os conflitos relacionados à posse de terras. Além disso, permite que estados e municípios atendam às necessidades específicas das comunidades indígenas por meio de políticas voltadas para esse público, promovendo um maior controle estatal em áreas vulneráveis e de difícil acesso. (Dambrós, 2019).

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI também destaca a importância social da demarcação de terras. Para o órgão, garantir esse direito contribui para a construção de uma sociedade verdadeiramente “pluriétnica e multicultural”.

Por mais que a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), e o Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973, estabeleça os limites da demarcação dos territórios ocupados, o tema ganha repercussão no que tange a classificação e delimitação geográfica, pois de um lado temos o Estado executando o seu poder de organizar os alicerces sociais, e do outro, povos que lutam diariamente pela sua sobrevivência e a conquista pelo respeito a sua cultura.

Experiência adquirida com o projeto de extensão

Contribuir efetivamente para a realização deste magnífico Projeto de Extensão foi uma experiência inovadora e motivadora, especialmente no que diz respeito à transformação das concepções que venho formando ao longo da minha existência como ser social, constantemente moldada pelo fator da socialização. A principal motivação que emergiu durante as atividades vivenciadas foram as experiências adquiridas, o distanciamento de uma perspectiva etnocêntrica e a aproximação ao relativismo cultural. Isso permitiu colocar-me no lugar do outro e entender o que, de fato, é relevante para que essa cultura, que fundamenta a nossa nacionalidade, represente a história e a evolução humana.

Enfrentamos diversos obstáculos, entre os quais destaco o preconceito cultural relacionado à precificação dos artesanatos confeccionados pelos povos originários do Brasil. A maneira como as pessoas viam nossa atuação foi alarmante; muitos questionavam o que estaríamos ganhando ao promover a ação social, além de indagar sobre nossa relação com as comunidades beneficiadas, se estávamos cientes dos acontecimentos atuais e se concordávamos com as reivindicações desses povos. Havia também um questionamento frequente sobre os bens materiais que possuíam,

13 Buscou-se respeitar a fala dos indígenas que fazem parte desta aldeia, uma vez que a língua também representa uma prática de manter preservada a sua cultura.

disseminando preconceitos e reforçando a visão dos portugueses, que, ao pisar em solo brasileiro, viam os povos nativos como “incultos” e facilmente manipuláveis, prontos para negociar sua moral e seus costumes em troca de artigos de luxo.

A pesquisa de campo revelou diversos aspectos que não poderiam ser identificados em uma sala de aula. O contato físico, a comunicação, a interação, o questionamento e a escuta se mostraram fundamentais para o real entendimento dos objetivos da pesquisa. O olhar das crianças da aldeia simboliza o sentimento gerado pela interferência negativa humana. Sem dúvida, isso resultará em grandes impactos no futuro, que demandarão um esforço árduo em busca de igualdade, justiça, reconhecimento e, principalmente, respeito.

O apoio institucional foi crucial para o nosso sucesso. Quero expressar minha profunda gratidão à professora que nos orientou e incentivou constantemente, permitindo-nos entregar o nosso melhor e vivenciar a construção de um projeto que não apenas cumpriu os requisitos de conclusão de carga horária, mas também transformou e influenciou vidas, levando esperança e humanidade a um contexto onde a indiferença havia se disseminado. Colocar-se na posição de ouvinte é desafiador; escutamos e observamos realidades que muitas vezes já conhecíamos, mas a ação é o posto-chave para a relativização e o respeito cultural.

Considerações finais

A visita à aldeia oportunizou o conhecimento da cultura indígena, pelo viés da tradição, da educação, da saúde, do direito à terra através de um diálogo com o cacique. As instituições de ensino superior que contemplam a extensão por meio de projetos contribuem para o desenvolvimento profissional e humano dos acadêmicos.

Na escrita do relatório final os acadêmicos também enfatizaram sobre como a realização do projeto contribuiu para ouvir relatos que não se encontram em registros históricos sociais desconstruindo o que muitos dos livros didáticos enfatizam, bem como a importância do desenvolvimento da análise crítica dos problemas sociais existentes. Uma preocupação sobre como podemos utilizar os recursos naturais afim de assegurar um ambiente sustentável e a necessidade do respeito pela sabedoria dos idosos considerando a possibilidade de um aprendizado mútuo.

Enfim, o projeto de extensão permitiu aos acadêmicos vivenciarem situações reais contribuindo para a prática de uma aprendizagem significativa, por meio do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trabalho em grupo e resolução de problemas e o exercício de uma postura ética. Portanto, conheceram e refletiram sobre os desafios vivenciados pelos indígenas, participando de uma formação cidadã por meio do projeto de extensão.

Referências

ALMEIDA, Daniella. Povos indígenas pedem prioridade em proteção, diz presidente da Funai. **Repórter da Agência Brasil**, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/protacao-e-a-grande-demanda-dos-povos-indigenas-diz-joenia-wapichana>. Acesso em: 14 Out. 2024.

BAUMAN, Z. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BONISSONI, Natammy Luana de Aguiar; BARNABÉ, Eduardo Gomes; SILVA, Dayanna. **Acesso aos direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6820>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 15 de dezembro de 1973 . **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1973. Disponível em: L6001. Acesso em: 29 nov. 2024.

CARUSO, Mariléia M. L.; CARUSO, Raimundo C. **Imigrantes 1748-1900**. Viagens que descobriram Santa Catarina. Tubarão: UNISUL, 2007.

DAMBRÓS, Cristiane. Contexto Histórico e Institucional na Demarcação de Terras Indígenas no Brasil. **Revista Nera**, p. 174–189, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i48.6371>. Acesso em: 29 nov. 2024.

DECLARAÇÃO das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. **Nações Unidas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf](#) (acnur.org). Acesso em: 14 Nov. 2023.

GUEDES, Sandra P. L. C. de. A colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte... *In*: GUEDES, Sandra P. L. C. de (Org.) **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: UNIVILLE, 2005.

GUERREIRO, Juliane O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia Monumenta. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, Joinville, v. 1, n. 1, p. 28-51, jan./jun. 2020.

Jornal Kolonie Zeitung. **Os botocudos no sul do Brasil**. Joinville, 17 de Março de 1908. (Arquivo Histórico de Joinville).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISCH, Hilda Anna; SCHULTZ, Margarida. **Contos do Início da Imigração**. Museu Nacional da Imigração e Colonização de Joinville, SC, 1992.

MELLO, Cleyson de Moraes, PETRILIO, Regina Pentagna, NETO, José Rogério Moura de Almeida. **Curricularização da Extensão Universitária**. Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

MOSER, Eliana Terezinha V. **Resumo Histórico – Joinville**. Arquivo Histórico de Joinville- SC. (texto)

PATROCÍNIO, Ingrid Joyce de Lima. Literatura indígena infantojuvenil: “a boca da noite” de Cristino Wapichana como contribuição de ensino na escola para a educação fundamental II. *In*: JUNIOR, Jacks de Mello Andrade, SOUZA, Liliane Pereira de, SILVA, Neidi Liziane Copetti da. (Orgs). **Metodologias ativas: Práticas Pedagógicas na Contemporaneidade**. 2019. Disponível em: 2022-06-07_livro_metodologias_ativas_práticas_pedagógicas_na_contemporaneidade.pdf. Acesso em: 30 Mai. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

PROJETO Político-Pedagógico Institucional. **Instituto de Ensino Superior Santo Antônio - INESA**. Joinville, 2023.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Portal Democrático de Atos Normativos de Educação. Disponível em: Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (mec.gov.br). Acesso em: 03 Ago. 2023.

SÁ, Maria Aparecida Munin de; MONICI, Sandra Cristina Borges; CONCEIÇÃO, Márcio Magera. A importância do projeto de extensão e o impacto que ele tem no processo formativo dos estudantes. **Revista Científica ACERTE**, v. 2, n. 3, 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo, v. 2, n.1, p. 120-128, jan./jul. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 10, p. 117-124, fev. 2002.

SILVIO, Coelho dos Santos. Índios arredios em Joinville. *In: Joinville Ontem e Hoje*. A presença dos índios na região de Joinville. N 3, março 2005, p. 10-16.

VELASCO, Clara. Censo do IBGE: 9 em cada 10 cidades do Brasil têm indígenas; veja mapa e consulte sua cidade. **G1**, 07 ago. 2023.

VIEIRA, Gleison. **Porto Barrancos berço de Garuva**. Joinville: Letradágua, 2007.

WHERÁ; *et al.* **Mbya Reko**. Vida Guarani. Florianópolis: Epagri, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. O Ensino de História no Brasil, das Origens aos Dias Atuais. *In: Espaços da Escola*. Ijuí, RS: EdUnijuí: 2000. p. 9-19.